

A participação da mulher em organizações sociais rurais na Amazônia: estudo de caso no Arquipélago do Bailique, Estado do Amapá

Marineide Pereira de Almeida¹, Ana Cristina de Paula Maués Soares²,
Josinete Pereira Lima³ e Marcos Antônio Souza dos Santos⁴

1 Socióloga; Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora da Universidade do Estado do Amapá (UEAP). Macapá/AP

2 Socióloga; Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Macapá/AP

3 Socióloga; Mestre em Sociologia. Professora da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Belém/PA

4 Engenheiro Agrônomo; Mestre em Economia. Professor da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Belém/PA

RESUMO: O artigo analisa a participação da mulher em organizações sociais do meio rural na Amazônia. A região objeto da pesquisa é o Arquipélago do Bailique, localizado no município de Macapá, Estado do Amapá. Foram aplicados formulários entre mulheres participantes e não participantes de organizações e movimentos sociais, distribuídos em 37 comunidades. Os resultados apresentam uma caracterização geral da população local e evidenciam aspectos relacionados ao acesso à educação e serviços de saúde, às condições de trabalho e fontes de renda, além da composição das organizações e movimentos sociais existentes. Ênfase é atribuída à participação e percepções das mulheres enquanto sujeitos das organizações e movimentos sociais. Conclui-se que a participação da mulher tem evoluído nos últimos anos, sugerindo mudanças efetivas que configuram uma nova fase de inserção feminina nas organizações e movimentos sociais locais. Para o futuro, a expectativa é de que as lideranças locais possam trazer para o debate temas e ações que valorizem as especificidades da mulher e das relações sociais de gênero.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Relações sociais; Arquipélago do Bailique; Estado do Amapá.

ABSTRACT: *Women's participation in social rural organizations in the Amazon: a case study in the Bailique Archipelago, State of Amapá.* The article analyzes women's participation in social organizations in rural areas of the Amazon. The region chosen was the Bailique Archipelago, located in the Municipality of Macapá, State of Amapá. Questionnaires were administered to participating and non-participating women in organizations and social movements from 37 communities. The results show a general characterization of the local population and highlight aspects related to education and health care access, working conditions and sources of income, as well as the composition of the existing organizations and social movements. Emphasis is placed on women's participation and perception as members of organizations and social movements. The study concluded that

PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP

women's participation has evolved during the last few years, suggesting effective changes which make up a new phase of female inclusion in local organizations and social movements. In the future, it is expected that local leaderships may debate themes and actions that prize the specificities of women and social relation of gender.

Keywords: Family agriculture; Social relations; Bailique Archipelago; State of Amapá.

1 Introdução

A teoria sociológica tem desenvolvido enfoques pontuais sobre o novo paradigma das Ciências Sociais extraído das relações sociais ao considerar a perspectiva de gênero como construção cultural e não fixa da relação entre os sexos. Atualmente, os estudos têm procurado apontar as novas dimensões dessas relações que estremeceram o *status quo* definidor dos papéis centrados no “masculino” e no “feminino”. O avanço dos estudos das relações de gênero, nas Ciências Sociais, comprometeu a fixidez desses papéis sociais e deslocou-os para um novo processo de análise que implicou no exame através de um novo olhar, na perspectiva feminista, sobre a organização social, os papéis, a produção e a reprodução social e da participação políticas tratadas pela teoria social como tradições seculares do comportamento humano.

Esses estudos são importantes, pois buscam evidenciar a inserção da mulher no universo das organizações e movimentos sociais, averiguando suas aspirações, dificuldades e como se consolida a participação feminina nestes espaços tradicionalmente de dominação masculina.

Este artigo contribui nesse sentido, ao analisar a realidade particular das mulheres participantes ou não de organizações e movimentos sociais localizadas em comunidades do Arquipélago do Bailique, estado do Amapá. A pesquisa busca identificar o contexto socioeconômico em que vivem, os fatores que as motivam a participar destas organizações, os entraves e as perspectivas frente a sua participação política.

O artigo é composto por quatro seções, incluindo esta introdução. A segunda seção descreve sucintamente a metodologia da pesquisa, caracterizando a área de estudo e os procedimentos de levantamento e análise dos dados. A seção de resultados e discussão está estruturada em cinco itens, que apresentam aspectos gerais da população pesquisada; condições de acesso à educação e serviços de saúde; ocupação da mão-de-obra e fontes de renda; organizações e movimentos sociais locais, além da participação e percepções das mulheres enquanto sujeitos das organizações e movimentos sociais. Na última seção constam as considerações finais.

2 Metodologia

A área de referência da pesquisa é o Arquipélago do Bailique, estado do Amapá, que é definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como um distrito do município de Macapá. É composto pelas Ilhas de Bailique, Brigue, Curuá, Faustino, Franco, Marinheiro, Igarapé do Meio e Parazinho. Está localizado na Foz do Rio Amazonas entre os paralelos 00° 44' 01" N e meridianos 49° 54' 50" W e limita-se ao Norte com o rio Araguari e ao Sul com o Canal do Norte, a leste limita-se

com o Oceano Atlântico e a Oeste com a região do Pacuí (VIEIRA e ARAÚJO NETO, 2006).

A pesquisa de campo foi realizada durante o segundo semestre de 2008. Foram realizadas entrevistas e aplicação de questionários com 238 mulheres membros ou não de organizações e representantes de movimentos sociais existentes em 37 comunidades do Arquipélago do Bailique. Utilizou-se perguntas fechadas e abertas para diagnosticar as opiniões das mulheres quanto a aspectos como educação, saúde, trabalho e renda; e participação nas organizações e movimentos sociais.

A partir dos questionários foi realizada a análise dos dados para elaboração de tabelas e cálculos de frequências simples. Também foram utilizados dados do IBGE para realizar uma caracterização geral da população residente no Arquipélago. Estes resultados são apresentados na próxima seção.

3 Resultados e discussão

3.1 Aspectos gerais

Segundo dados Censo Demográfico 2010 do IBGE, a população do Arquipélago do Bailique representa 2% da população do município de Macapá, totalizando 7.618 habitantes dos quais 53,32% são homens e 46,68% mulheres. A população que vive nos núcleos urbanos das ilhas é pequena, aproximadamente 1.500 pessoas. A maior parte (80,55%) vive no meio rural (IBGE, 2013). A população é jovem, pois 56,05% possuem menos de 20 anos de idade. Entre as mulheres este percentual é um pouco maior (58,16%). Apenas 8,5% da população apresenta mais de 50 anos de idade.

Em 2010, foram recenseados 1.481 domicílios, sendo 20,53% localizados nos núcleos urbanos das ilhas e 79,47% nas áreas rurais. Em média residem cinco pessoas por domicílio. Mas existem famílias mais numerosas. Entre as entrevistadas, por exemplo, percebe-se que uma parte significativa possui entre cinco e nove filhos. Houve registros de famílias com até 14 filhos.

Estas famílias possuem acesso à energia elétrica de formas variadas, sendo que 41,5% utilizam a rede de distribuição da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) e 56,4% utilizam outras fontes que, modo geral, envolve o uso individual e/ou comunitário de motores a diesel para geração de energia, principalmente, durante a noite. Mas, ainda existe um percentual de 5% dos domicílios que não possuem acesso à energia elétrica.

Aproximadamente um terço dos domicílios não possui banheiro e em 66,4% existe apenas um que é utilizado coletivamente. A água de consumo doméstico em 68% dos domicílios é obtida diretamente dos cursos naturais como rios, lagos e igarapés, sendo que no meio rural este percentual é de 83%. Quanto à destinação do lixo, 72,38% queimam ou enterram nos quintais do próprio domicílio e 23,5% contam com o suporte de serviço de coleta. Existem ainda 3,38% que jogam o lixo em cursos naturais de água, contribuindo para a degradação ambiental.

Aproximadamente um quarto dos domicílios recenseados no Arquipélago do Bailique está sob responsabilidade de mulheres. Este resultado é compatível com o obtido na pesquisa de campo, onde 23,5% das entrevistadas informou ocupar o papel de chefe

da família. Quanto ao estado civil 78 (33%) informaram que são solteiras, 77 (32%) casadas, 68 (29%) não informaram e as demais são viúvas, separadas ou desquitadas.

Nestas comunidades há uma forte participação de programas governamentais de transferência de renda, pois 68% das entrevistadas informou que a família recebe algum tipo de benefício do governo. Os principais benefícios recebidos são bolsa família e o Seguro Defeso. Também existem muitas famílias com pessoas que recebem aposentadoria e pensões do Ministério da Previdência Social (MPS).

3.2 Acesso à educação e serviços de saúde

As entrevistadas relataram a preocupação com a disponibilidade de escolas para seus filhos. Apesar de 196 (82%) informarem que existe escola nas proximidades de suas residências, destacam que ofertam apenas as séries iniciais do ensino fundamental (ensino básico de 1^a a 4^a série). Assim quando os estudantes encerram este ciclo necessitam se locomover para áreas mais distantes. Entre as entrevistadas 58 (24%) informaram que existem escolas que ofertam de 5^a a 8^a séries nas proximidades de suas residências e apenas 46 (19%) a existência de escolas que oferecem o ensino médio.

Quando arguidas sobre a existência de jovens da comunidade que estão sem estudar 167 (70%) informaram que sim. Isto ocorre, pois os jovens só cursam até a série que é oferecida na comunidade. Assim, percebe-se que a ausência de escolas com séries mais avançadas nas comunidades tem limitado o avanço educacional dos mais jovens. Adicionalmente 173 (73%) informaram que a qualidade de ensino não satisfaz as necessidades das crianças, pois há falta de professores, de merenda escolar e alojamento para os que moram mais distante, entre outros aspectos. Também consideram que é muito importante investimentos na capacitação dos professores e servidores da educação, infraestrutura das escolas e em material didático.

O nível de escolaridade das entrevistadas é baixo, pois apenas 12 (5%) concluíram o ensino médio. Mas o interesse em estudar é latente, pois 180 (76%) delas afirmaram que ainda desejam estudar. Dai o forte interesse de que seus filhos e filhas possam seguir seus estudos até séries mais avançadas. Devido a educação assumir um papel de destaque no modo de produção capitalista, atribuindo a meritocracia¹ uma grande importância. Assim, a escolaridade é um mérito que exerce influência em vários aspectos da vida social, como trabalho, renda, fecundidade, dentre outros.

Outro aspecto importante refere-se ao acesso aos serviços de saúde. Neste sentido, foi solicitado às entrevistadas que apontassem as maiores dificuldades que enfrentam no seu dia-a-dia. A falta de medicamentos foi apontada por 180 (76%) mulheres e 166 (70%) afirmaram que sofrem com a ausência de profissionais e falta de espaços adequados como postos de saúde, hospitais e laboratórios. Um percentual menor afirma seria importante aproveitar o conhecimento local, ou seja, a medicina popular. As en-

¹ Meritocracia: latim – *mereo*: merecer, obter e do latim - *cracia*: força, poder, autoridade. Significando corrente de pensamento que atribui ao mérito, “valor moral considerado em função dos esforços realizados por alguém com o objetivo de superar as dificuldades ou vencer obstáculos” (JAPIASSÙ & MARCONDES, 2008:184). Na meritocracia, o que vale é o merecimento próprio.

fermidades de maior frequência de registro nas comunidades são: dor de cabeça (42%), gripes (35%), febres (29%), reumatismo (12%) e dores estomacais (9%).

Quando foram arguidas se realizam exames preventivos, 166 (70%) afirmaram que sim. E informaram que os realizam na cidade de Macapá ou então quando vão até a cidade de Santana. Esta situação é semelhante à descrita por Wagley (1967) em seu estudo em uma comunidade rural do Estado do Pará, no qual destaca que os moradores da zona rural mantêm fortes laços de convívio com os moradores da zona urbana. É esta situação que se percebe no Arquipélago do Bailique.

Outra indagação importante diz respeito ao pré-natal. Os resultados indicam que apenas 121 (51%) das entrevistadas fez esse acompanhamento, sendo que 65 (27%) realizaram em Macapá e 17 (7%) em Bailique (centro urbano do Arquipélago), as demais não informaram o local, sugerindo que não receberam de fato esse acompanhamento. Este argumento é confirmado quando se pergunta onde foram realizados os partos. Das 214 mulheres que responderam a esta pergunta 128 (60%) informaram que foram atendidas por parteiras. As demais informaram que seu partos foram realizados em Macapá 79 (37%) e em Bailique 7 (3%) o que sugere que receberam atendimento hospitalar.

Este resultado é preocupante. Mas indica que houve alguma melhoria em relação ao final da década de 1990. Naquele período, segundo informações do Ministério da Saúde (MS), todos os partos realizados no Arquipélago do Bailique eram acompanhados por parteiras tradicionais e desassistidos pelo Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2010; MENEZES et al., 2012).

Outro aspecto importante no campo da saúde da mulher refere-se à gravidez precoce e as doenças sexualmente transmissíveis (DST). Os resultados indicam que esse tipo de orientação ainda é pouco trabalhado nas comunidades. Assim, é muito comum a ocorrência de gravidez entre adolescentes.

3.3 Trabalho e fontes de renda familiar

As famílias que habitam o Arquipélago do Bailique desenvolvem diversas atividades produtivas entre as quais se destacam a pesca artesanal, agricultura de subsistência, o extrativismo vegetal e, mais recentemente, a apicultura (VIEIRA, ARAÚJO NETO, 2006; ROSÁRIO, 2006). Também é comum a prestação de serviços em carpintaria, construção civil e outros serviços gerais. A combinação destas atividades é uma estratégia de polivalência importante para o sustento e sobrevivência destas famílias que vivem num contexto de pobreza rural.

As entrevistadas informaram que a principal atividade desenvolvida nas comunidades é a pesca artesanal 145 (61%), em segundo lugar consta o extrativismo do açaí 71 (30%) e o cultivo de roças de lavouras de subsistência é citado por 66 (28%) das entrevistadas. Na verdade, muitas das famílias desenvolvem estas atividades de modo combinado, como forma de produzir alimentos e gerar excedentes comercializáveis, visando à obtenção de renda.

A pesca do camarão possui destaque no contexto das práticas de pesca. É realizada regularmente com o uso do matapi que é uma armadilha fixa de formato cilíndrico fe-

chada de cada lado por um funil, confeccionada com talas de palmeiras regionais e amarradas com cipó. Outra técnica utilizada é a rede de arrasto ou camaroeira. Neste caso, a pesca é geralmente feita por duas pessoas que arrastam a rede ao longo de um trecho de praia por um período de 10 a 30 minutos com várias repetições.

Além dessas duas técnicas os pescadores recorrem ao uso de tarrafas para a pesca do camarão. Esse apetrecho é usado por um indivíduo, podendo ser confeccionada pelo próprio pescador com fios de nylon multifilamento de número variável.

Quanto ao tipo de embarcações utilizadas é muito variado, os mais usados são: montarias, casco, lancha, barco, batelão. Salienta-se a existência de alguns pescadores que são proprietários de um ou mais tipos de embarcação. As embarcações motorizadas como lanchas e catraias são destinadas ao transporte de pessoal, pescado e outros materiais quando há necessidade de viagens mais distantes (VIERA e ARAÚJO NETO, 2006).

Analisando a participação das entrevistadas no mercado de trabalho, constatou-se que a maior parte da população feminina que está participando do referido mercado em algum tipo de ocupação, seja esta ocupação formal ou informal. Entre as entrevistadas 209 (88%) se dedicam às atividades domésticas, combinadas com outras atividades relacionadas à pesca, roça e o extrativismo do açaí. Mas, 29 (12%) possuem vínculo empregatício desenvolvendo atividades como: auxiliar de serviços gerais, merendeiras, agentes de saúde, professora e diretora escolar.

As entrevistadas foram questionadas a informar se a comunidade onde vivem já havia sido beneficiada com algum projeto de investimento e 102 (43%) responderam que sim, 119 (50%) disseram que não, as demais não souberam informar. As que responderam sim destacaram que os recursos foram aplicados na construção do centro comunitário, infraestrutura de energia elétrica, construção de passarela, aquisição de barco a motor, manejo de açazais, apicultura, apetrechos de pescas, dentre outros.

Quando questionadas quanto ao interesse em participar de algum curso, destacaram que seriam importantes: corte e costura (48%), manicure (21%), computação (18%), artesanato (18%), culinária (15%), cabeleireiro (13%), entre outros, sempre relacionados à obtenção de renda. O destaque atribuído a estes cursos é ratificado pela necessidade de alternativas de mudança e inserção produtiva, pois representam opções para complementação de renda, já que podem gerar um mercado de prestação de serviços nas próprias comunidades.

3.4 Organizações e movimentos sociais no Arquipélago do Bailique

Nos últimos vinte anos o Arquipélago do Bailique exibiu crescimento no número de organizações e movimentos sociais. Essas entidades têm finalidades diversas tais como: a representação dos interesses dos trabalhadores; busca de alternativas de geração de renda; valorização das mulheres em várias esferas da vida social; práticas religiosas e as que se empenham na melhoria das condições de vida das comunidades. De acordo com a coleta de dados foram detectadas as seguintes entidades:

(a) Sindical: com duas entidades (O Sindicato dos extrativistas e a Colônia de Pescadores Z-5);

(b) Religiosas: com duas entidades (As comunidades Eclesiais de Base de Orientação Católica e os Movimentos Religiosos de Orientação Protestante);

(c) Movimento de mulheres: com duas entidades (Movimentos de Mulheres do Bailique e a Associação de Parteiras);

(d) Movimentos comunitários: com duas entidades (Centro Comunitário do Bailique e Associação de moradores); e

(e) Os grupos de jovens, associações de pais e mães e caixas escolares.

Os resultados da pesquisa revelam que a organização mais forte é a Colônia de Pescadores Z-5, apontado por 64 (27%) entrevistadas. Isto se deve às características das atividades produtivas da região: pesca artesanal, agricultura e extrativismo vegetal. Isto também justifica a participação mais efetiva das mulheres pescadoras nessa organização, destacando-se em relação a outras presentes no Arquipélago. Realidade similar foi observada em outros estudos como: Almeida, (2002), Maneschy e Almeida (2002), Lima (2003), Soares, (2004) e Álvares (2000).

O Movimento de mulheres também apresentou alto índice de militantes, somando os dois movimentos existentes obteve-se 47 (20%) mulheres envolvidas. Nessas localidades existe uma estreita ligação dos movimentos locais com outros três movimentos: Movimento de Mulheres Negras do Amapá (IMENA); Movimento de Mulheres da Amazônia (MAMA) e a Associação das Parteiras Tradicionais do Estado do Amapá. Outro destaque é que nessas localidades foi observada a presença de movimentos com cunho religioso: um que tem origem na religião católica e o outro de origem protestante. O primeiro apresenta o maior número de informantes, sendo o mais antigo, e teve sua origem nas Comunidades Eclesiásticas de Base (CBES) por decisão do Presbitério.

Segundo Pinto (1992) o surgimento dos movimentos sociais traz em seu bojo um caráter reivindicatório, ou seja, surgem com o objetivo de exigir mudanças em suas condições de vida. Nesse sentido acredita-se que os movimentos sociais presentes no Arquipélago do Bailique se colocam como resultado de uma compreensão dos conflitos gerados pela incapacidade dos poderes executivo municipal e estadual em atender às necessidades da sociedade civil, o que leva à carência de deveres com a cidadania.

3.5 Participação e percepções das mulheres nas organizações e movimentos sociais

As entrevistadas também foram arguidas quanto a sua vinculação a alguma organização social. Do total de 238 entrevistadas 161 (68%) participam de alguma organização ou movimento social e 77 (32%) não participam. Na Tabela 1, consta a distribuição percentual das organizações sociais com as quais as entrevistadas mantêm vínculo.

Tabela 1: Principais organizações sociais com as quais as entrevistadas mantêm vínculo no Arquipélago do Bailique, estado do Amapá, 2008.

Nome das organizações	Número de participantes	Percentual (%)
Colônia de Pescadores Z-5	55	34,16
Movimentos de Igreja	36	22,36
Associação de Moradores	31	19,25

Movimento de Mulheres	16	9,94
Associação de Parteiras	14	8,70
Conselho Comunitário	3	1,86
Associação de pais e mães	2	1,24
Sindicato dos extrativistas	2	1,24
Grupo de Jovens	1	0,62
Caixa Escolar (fiscal)	1	0,62
Total	161	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados da Tabela 1 mostram que a participação da mulher nessas comunidades é significativa, o que de fato representa certo diferencial em relação a outras comunidades rurais da Amazônia, como é o caso da comunidade agropesqueira da Vila de Alto Pereru em São Caetano de Odivelas, estado do Pará, analisada por Almeida (2002).

Neste aspecto para analisar a participação política da mulher no contexto amazônico, como é o caso do Arquipélago do Bailique, vale recorrer à definição de Sani (1998), compreendendo que:

Há pelo menos duas formas ou níveis de participação política que merecem ser brevemente esclarecidas. A primeira forma, que poderíamos designar com o termo de **presença**, é a forma menos intensa e mais marginal de participação política; trata-se de comportamentos essencialmente receptivos ou passivos, como a presença em reuniões, a exposição voluntária a mensagens políticas, etc., situações em que o indivíduo não põe qualquer contribuição pessoal. A segunda forma, nós poderíamos designá-la com o termo de **ativação**: aqui o sujeito desenvolve, dentro ou fora de uma organização política, uma série de atividades que lhe foram confiadas por delegação permanente, de que é incumbido de vez em quando, ou que ele faz obra de proselitismo, quando há um envolvimento em campanhas eleitorais, quando se difunde a imprensa do partido, quando se participa de manifestações de protesto, etc. O termo participação, tomado em sentido estrito, poderia ser reservado, finalmente, para situações em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política. (p. 888)

Interessante se faz a participação dessas mulheres em alguma organização, mas quando se busca identificar efetividade dessa participação nota-se que ocorre mais em nível de presença, como: reunião, mutirão, seminários, cobrança de mensalidades, dentre outros; não assumindo a liderança do movimento, salvo os movimentos de Mulheres. Lima, (2003) e Soares (2004) discutiram esses aspectos nas comunidades em que desenvolveram seus estudos, refletindo entre outros aspectos o papel da mulher diante dos movimentos sociais. Que por razão da mulher ter absorvido seu papel de mãe, dona de casa, isto é, aquela que tem como espaço o privado, ainda recai sobre ela essa ideologia patriarcal e sexista que a torna invisível frente aos movimentos sociais, daí justificar sua participação nesses espaços como ouvinte ou de somente expectadora.

Percebe-se que as razões apontadas para justificar sua participação nos movimentos sociais são múltiplas, não existindo motivação única; elas variam substancialmente, dependendo do tipo de organização. Das 238 entrevistadas 30 (13%) apontam que suas participações justificam-se pela melhoria na comunidade; 29 (12%) afirmam que é o momento em que as mulheres adquirem mais conhecimento; 28 (11%) destacam que é nesses espaços que participam das discussões e 28 (11%) alegam ser nesses momentos que elas emitem suas opiniões. As demais (151 mulheres) apontam aspectos pontuais ligados ou não a suas necessidades mais imediatas. Este número acentuado mostra que embora haja grande participação de mulheres em movimentos organizados, ainda falta-lhes um direcionamento para lutas específicas da sua condição feminina.

Isso é ratificado com a atuação nas organizações, ou seja, na linha de frente e/ou assumindo cargos na direção dos movimentos, ser ainda baixo, pois das 238 informantes, somente 83 (35%) afirmam estarem envolvidas com a gestão das organizações, 47 (20%) afirmam que não e 78 (33%) não emitiram opinião.

Quanto aos motivos que levam essas mulheres a ocupar a linha de frente das organizações, 7 (3%) informaram que estão na direção “porque as mulheres são mais capazes”; 8 (3,5%) responderam porque “o movimento é formado por mulheres”, um grupo de 23 (10%) declararam que tomaram a frente das associações pela falta de incentivo às mulheres; pela busca de conhecimento e por ninguém se manifestar, para valorizar a mulher.

Outras manifestações envolvem a luta em prol de seus direitos e para garantir o espaço da mulher. Todas essas respostas na verdade refletem a ausência de conhecimento do real papel da mulher *versus* organização, tendo em vista que as mulheres parecem estar na organização, mais ainda não sabem de fato qual seu papel frente ao movimento.

Outro resultado que ratifica este argumento deve-se a fato de que quando arguidas se na organização que participa existe algum tipo de trabalho específico para com as mulheres, das 238 entrevistadas 107 (45%) afirmam que não; 68 (29%) não responderam e somente 36 (15%) afirmam que sim. Das que afirmaram positivamente buscou-se averiguar melhor e obteve-se o seguinte resultado: 10 (4%) apontaram que os trabalhos desenvolvidos nas organizações das quais fazem parte são: palestras, outras 10 (4%) dizem que esses trabalhos são voltados para a organização (planejamento) e as restantes afirmam serem ações voltadas para: ornamentação, alimentação, manicure, zelar pela igreja, capacitação (mais não dizem de que) dentre outros. Dados esses que confirmam a falta de uma maior formação política e capacitação na área das relações de gênero.

De fato, entre as 238 entrevistadas, apenas 82 (34%) afirmaram já ter recebido alguma capacitação, mas voltadas para aspectos gerais e não para a construção da cidadania da mulher, ou seja, ações que não refletem em mudanças de comportamento da mulher frente aos problemas que ela vem enfrentando, seja na vida pessoal, familiar, social, trabalho e comunitária. Outro grupo composto de 109 (46%) mulheres afirmou que não recebeu capacitação alguma e 47 (20%) nem responderam essa indagação.

Outro ponto importante refere-se à presença ou não de conflitos nas organizações das quais fazem parte. Neste aspecto 143 (60%) respondem que não há conflitos em

sua organização, 3 (1%) responderam que sim, ou seja, que há conflitos e 75 (32%) afirmam que não percebem nenhum tipo de conflito nas associações que participam. Das que declararam existência de conflito, duas apontaram que o mesmo ocorre em razão da presidente não abrir mão de sua direção, uma informante destacou que não dão espaços para as mulheres.

Ao buscar explicações para essa postura de aparente harmonia nas organizações, percebe-se que isso é resultado do desconhecimento da maioria das informantes sobre seu real papel diante da organização que compõem. Muitas vezes isto ocorre pela falta de espaço para elas se verem como agente de transformação, o que as leva a apatia e o aparente contentamento.

Entre as mulheres que participam ativamente das atividades que as organizações promovem 26 (11%) alegam que participam por querer mais informações e se tornar agentes multiplicadores nas comunidades que residem, outras 21 (9%) afirmam que é por desejarem saber o papel da organização, outro grupo de 11 (5%) enfatizam que participam por ser via organizações que elas adquirem melhor qualidade de vida, aparecem também 23 (10%) que não responderam e as demais dizem que frequentam por motivos diversos que apresentam baixos percentuais.

Embora as mulheres estejam passando por um processo tímido de conscientização de seu papel frente às organizações e movimentos sociais. É válido salientar que, na zona rural, já vêm galgando espaços de destaque junto às organizações políticas locais, o que futuramente pode resultar em transformações em sua vida cotidiana.

Uma questão importante a ser avaliada é o que de fato as mulheres almejam de suas organizações. Os principais aspectos mencionados pelas entrevistadas estão especificados na Tabela 2.

Tabela 2: Principais aspectos destacados pelas entrevistadas como necessários para ampliar a participação das mulheres nas organizações sociais do Arquipélago do Bailique, estado do Amapá, 2008.

Aspectos destacados	Frequência	Percentual (%)
Mais divulgação dos eventos	134	56,30
Mais incentivo à participação das mulheres	47	19,75
Ações por meio de realização de cursos de capacitação	28	11,76
Firmar parceiras	21	8,82
Melhores condições de qualidade de vida para a população	18	7,56
Mais intercâmbio entre as comunidades	15	6,30
Mais participação de homens e mulheres (debate sobre as relações sociais de gênero no movimento)	9	3,78
Eventos pautados em questões como direito da mulher, importância e o papel das organizações, papel da mulher nas organizações, violência contra a mulher, saúde da mulher e higiene pessoal	7	2,94

Mais espaços nas reuniões dos movimentos	7	2,94
Encontros às proximidades das comunidades e aviso com antecedência	4	1,68
Incentivo à participação em organizações e movimentos e socialização de informações	2	0,84
Mais informações	2	0,84
Curso sobre atividades que gerem renda	1	0,42
Não responderam	50	21,01
Total de opiniões	345	144,96

Fonte: dados da pesquisa.

Nota: os percentuais ultrapassam 100%, pois as entrevistadas podiam informar mais de uma resposta.

A maior frequência de respostas destaca a necessidade de maior divulgação dos eventos, manifestada por 134 entrevistadas (56%). Em segundo lugar foi apontado que ainda há pouco incentivo à participação feminina nas organizações, daí a importância de incentivar a participação das mulheres, conforme a opinião de 47 (20%) entrevistadas. A terceira opinião com maior frequência realça a importância de ações por meio de cursos de capacitação, indicada por 28 (12%) entrevistadas.

Quando questionadas do porque da não participação na linha de frente das organizações 44 (18%) respondem que é por falta de interesse, 14 (6%) dizem serem impedidas pelos maridos, 22 (9%) impedidas pelos filhos, 15 (6%) declaram que não participa por falta de oportunidade e 37 (16%) por falta de transporte e 12 (5%) por problema de trabalho. As demais alegam aspectos aparentemente triviais como: vergonha, não ter coragem de falar em público, por dar prioridade dos afazeres domésticos, ou então por falta de tempo, dentre outros.

Mas, atribuindo maior atenção a estes aspectos, percebe-se que suas respostas correspondem aquilo que elas aprenderam que seria atributo de mulher: casar e cuidar do lar, assim como bem enfatiza um dos clássicos da Sociologia de Durkheim (1978): somos coagidos e moldados a viver em sociedade, daí sermos produtos da sociedade, se somos produtos desta sociedade, então cada um exerce e desenvolve seu papel de acordo com que foi estabelecido, a mulher cuidando do lar e o homem da reprodução familiar. Isso logicamente resulta numa postura machista, patriarcal e sexista, que define e delega funções de homens e mulheres, muito embora as mulheres já tenham avançado e conquistados muitos espaços no mundo contemporâneo; ainda perdura muitos ranços desse comportamento dominante do homem em relação à mulher, principalmente nas sociedades dita rurais, como é o caso das localidades investigadas.

Os resultados desta pesquisa e outras realizadas em comunidades rurais da Amazônia (ALMEIDA, 2002; LIMA, 2003 e SOARES, 2004) evidenciam que a dominação patriarcal se apoia na autoridade masculina sobre as mulheres, sustentada pela obediência de “caráter cotidiano”, através de fatos que ocorrem sempre do mesmo modo, isto é, na crença em normas difundidas secularmente. Neste aspecto Max Weber

(1999) afirma que a submissão da mulher da comunidade patriarcal à autoridade do chefe, ocorre pela:

Dominação pessoal ao senhor que garante a legitimidade das regras por este estatuídas, e somente o fato e os limites de seu poder mando têm, por sua vez, sua origem em “normas”, mas em normas não-estatuídas, sagradas pela tradição.

Por essa tese de Weber (1999), pode-se dizer que as relações da comunidade doméstica estão se modificando no Arquipélago do Bailique. Diante dos dados levantados, observam-se já alguns indícios dessas mudanças no cotidiano feminino do espaço analisado, mesmo que ainda incipiente, parece configurar o começo de uma nova fase.

4 Considerações finais

Na Amazônia ainda há pouca produção científica sobre a participação política feminina em organizações e movimentos sociais. Este artigo procurou contribuir nesse sentido ao analisar esta temática no Arquipélago do Bailique, estado do Amapá.

Os resultados evidenciam um contexto socioeconômico com acesso limitado à educação e serviços de saúde. Na educação a oferta de vagas ainda se concentra nas séries iniciais do ensino fundamental. Na área de saúde existem muitas limitações mais uma que se destaca refere-se à precariedade do acompanhamento efetivo da saúde da mulher, envolvendo a sua função materna.

Ficou evidenciado o crescimento do número de organizações e movimentos sociais nos últimos. Este é um resultado importante, pois amplia os horizontes de participação política das mulheres na sociedade. Esse resultado sugere a ocorrência de mudanças efetivas que configuram uma nova fase de inserção feminina nas organizações e movimentos sociais locais. Para o futuro, a expectativa é de que as lideranças locais possam trazer para o debate temas e ações que valorizem as especificidades da mulher e das relações sociais de gênero.

5 Referências

ALMEIDA, M. P. **Usos sociais do tempo por mulheres de uma comunidade agropesqueira do estado do Pará**. 2002. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2002.

ALVARES, M. L. M.. As mulheres da Baía do Sol/Mosqueiro: de donas de casa a pescadoras. In: COSTA M. José (Org.) **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisas**. Belém: UFPA, 2001. p.197-216.

BRASIL. **Parto e nascimento domiciliar assistidos por parteiras tradicionais: o Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais e experiências exemplares**. Brasília: Ministério da Saúde; 2010. 90 p.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 11ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978, 136p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 set. 2013.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. Dicionário Básico de filosofia. 4 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

LIMA, J. P. **Pescadoras e donas-de-casa: a invisibilidade do trabalho das mulheres numa comunidade pesqueira - o caso da Baía do Sol.** 2003. 93 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2003.

MANESCHY, M. C., ALMEIDA, M.P. Trajetórias de associações de mulheres no Nordeste Paraense: organização e novas identidades. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, S.B; MANESCHY, M.C., D'INCAO, M.C (orgs). **No mar, nos rios e na fronteira: fases do campesinato no Pará.** Belém: EDUFPA, 2002. 359 p.

MENEZES, P.F.A.; PORTELLAS, S.D.C.; BISPO, T.C.F. A situação do parto domiciliar no Brasil. **Revista Enfermagem Contemporânea**, v. 1, n. 1, p. 3-43, dez. 2012.

PINTO C.R.J. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. p.127-150. In: COSTA A (Orgs.). **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

ROSÁRIO, L.T.R. Alternativas econômicas na produção familiar: o caso da apicultura no Arquipélago do Bailique, Delta do Rio Amazonas, estado do Amapá. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 1, n. 1, p. 467-471, 2006.

SANI, G. Participação política. In: BOBIO, N., MATTEUCCI, N., PASQUINO, G. (org.). **Dicionário de política.** 11ª ed. Brasília: Editora UnB, 1998. 1330 p.

SOARES, A.C.P. **A Participação política feminina em sociedades tradicionais amazônicas: o caso de Muaná, Marajó/PA.** 2004. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2004.

VIEIRA. I. M.; ARAÚJO NETO. M. D. Aspectos da socioeconomia dos pescadores de camarão da Ilha do Pará (PA) e Arquipélago do Bailique (AP). **Boletim do Laboratório de Hidrobiologia**, v. 19, n. 1, p. 85-94, 2006.

WAGLEY, C. O estudo das comunidades amazônicas. **Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica**, v. 2 (Antropologia). Rio de Janeiro: CNPq, 1967. p. 41-55.

WEBER, M. **Economia e sociedade.** Brasília: Universidade de Brasília, 1999. 586p.

Artigo recebido em 10 de outubro de 2013.

Aprovado em 28 de março de 2014.